



Ideologia modernizante-conservadora e ação política: uma proposta de pesquisa sobre os intelectuais da Fundação Getúlio Vargas [décadas de 1960-1970]

RAFAEL DO NASCIMENTO SOUZA BRASIL¹

Introdução

Esta comunicação visa apresentar os passos iniciais de um projeto de pesquisa cuja proposta é mapear e analisar a trajetória político-institucional de empresários e intelectuais ligados à Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1960 e 1970. Esse período da história brasileira condensa verdadeiras batalhas político-ideológicas em torno da ocupação e controle dos aparelhos estatais, bem como a elaboração e veiculação de propostas reformistas para o conjunto da sociedade. No centro desse turbilhão político podemos encontrar uma fração significativa de tecno-empresários, ativos integrantes da FGV, que ocupavam postos em vários organismos estatais, circulavam em uma ampla rede empresarial-militar e possuíam importantes vínculos com organizações oligopolistas internacionais desde, pelo menos, a década de 1950. Através do percurso trilhado por algumas dessas figuras de proa da FGV pretendemos investigar as mediações entre sociedade civil e sociedade política.

A ideologia modernizante-conservadora

As pressões exercidas por importantes grupos econômicos para influenciarem as definições das políticas estatais, ocuparem espaços nos meandros burocráticos ou mesmo o esmero com que costuram redes de contatos pessoais junto aos decisores são elementos persistentes que conectam diferentes regimes políticos na história do Brasil. Impulsionada, pelo menos, desde a década de 1920, a modernização urbano-industrial proporcionou novas dimensões ao Estado para que este assumisse a tarefa de investidor/produtor, organizasse administrativamente a acumulação, gerisse a relação com os centros capitalistas internacionais, mediasse a atuação dos grupos estrangeiros em seu contato com os produtores locais e direcionasse os rumos percorridos pela burocracia.

Se pensarmos no sentido geral das transformações levadas a efeito no pós-1930, podemos destacar o papel assumido pela burocracia estatal na estruturação e disseminação de um projeto industrializante para o país. Embora os contornos assumidos variassem conforme

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ.

as conjunturas políticas e os grupos sociais mobilizados, essa ideia-força marcou presença no cenário político brasileiro por muitas décadas: o chamado desenvolvimentismo – espécie de projeto para a superação do ‘subdesenvolvimento’ por meio de uma industrialização integral, ancorada no planejamento e em forte ação/apoio estatal – consumiu boa parte das energias intelectuais de importantes figuras do cenário nacional durante décadas de nossa história recente.

Mas, eis que o mundo pós-Segunda Guerra Mundial atualizou os capítulos da cartilha desenvolvimentista: a participação nacional, em solo italiano, por meio da Força Expedicionária Brasileira (FEB), estreitou os laços entre oficiais militares do Brasil e dos EUA. Aqueles haviam se impressionado com o nível de desenvolvimento alcançado pela principal potência capitalista do período. Tal experiência – enriquecida, posteriormente, com o ingresso em cursos de instrução e treinamentos nos EUA – cativou uma parcela significativa dessa oficialidade na defesa de uma plataforma modernizante-conservadora para o Brasil.

Não é difícil perceber que a arena estatal se tornou, então, um dos principais cenários de conflito entre os segmentos sociais que formulavam e defendiam determinados projetos de sociedade, especialmente no que tange à elaboração e execução das, assim chamadas, políticas públicas. Converteu-se em necessidade a criação de certas condições políticas e jurídicas que dessem suporte ao projeto de desenvolvimento capitalista no Brasil. É preciso, ainda, que não nos esqueçamos da presença de uma força político-econômica emergente nesse novo cenário das relações capitalistas internacionais: o bloco multinacional e associado – que interligava diferentes círculos militares e empresariais (vale ressaltar que durante longos períodos de nossa história republicana segmentos militares e empresariais ocuparam parte considerável dos cargos no interior do Estado).²

Efetivamente, militares e civis, se envolviam nos debates sobre inúmeros projetos em disputa para a organização da sociedade. A Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, por exemplo, elaborou projetos que não apenas legitimassem a ação engajada dos militares na tarefa da modernização, mas que também servissem como uma doutrina específica a ser aplicada ao desenvolvimento capitalista do país, em grande parte endossados

² Em boa parte da história republicana brasileira, os militares desempenharam papel político expressivo no panorama nacional, ocupando postos administrativos de empresas estatais, formulando estudos técnicos/políticos sobre o potencial e a exploração das riquezas minerais brasileiras e, ainda, concorrendo para estabilidade/instabilidade dos governos em exercício. É possível afirmar que: “Ao longo do período 1930 – 1964, a adoção de uma política reformista por amplos segmentos das Forças Armadas foi importante para a manutenção, em novos termos, da dominação burguesa no Brasil. E, do ponto de vista que tais segmentos adotavam, a legitimidade do governo civil residia, em larga medida, na capacidade de implementar efetivamente tal política.” (ALMEIDA, 2006: 148).

pela Doutrina de Segurança Nacional. As reformas efetuadas para ajustar o Brasil à “modernidade” capitalista no pós-64, conjugando estabilização do conflito político e desenvolvimento econômico, foram, em parte, abastecidas por estes estudos esguianos. Entre as décadas de 1950 a 1970, tais programas foram enriquecidos através das contribuições de diferentes parcelas do tecno-empresariado³ e lideranças político-militares.

Essas forças político-sociais estabeleceram um conjunto de diretrizes que deveria pautar as ações do Estado, ancoradas em uma perspectiva modernizante-conservadora assumida pelo regime inaugurado em 1964. Essa necessidade que os atores políticos do período possuíam acerca da importância da “institucionalização” política no país pode ser sintetizada na seguinte fórmula: como conciliar as formas de organização das instituições vigentes no país sem que seu desenvolvimento econômico pudesse sofrer quaisquer constrangimentos. Os potenciais efeitos desestabilizadores que o processo industrializante provocava na periferia do sistema não escapavam dessas análises. Urgia traçar estratégias que garantissem a estabilidade da ordem, ensejassem um ambiente propício ao planejamento e mantivessem mecanismos de controle sob a direção do bloco histórico representativo das ideias modernizante-conservadoras.

Vale apontar que amplos segmentos empresariais e militares promoveram uma modernização capitalista no Brasil – causa e efeito do projeto de construção de um novo regime político no país – não apenas para a satisfação de seus interesses materiais imediatos, mas como um ajustamento dessa nação periférica às necessidades históricas do capitalismo de antanho. Mas, recuemos, um pouco, no tempo.

Os problemas do desenvolvimento nacional, que eram debatidos há décadas no país, passaram a ser abordados, no imediato pós-guerra, sob um ângulo empresarial e em termos de resolução no interior do sistema capitalista. Valores como racionalidade empresarial e o papel destacado das empresas privadas em empreendimentos para o progresso da economia nacional eram veiculados constantemente pelos intelectuais orgânicos do bloco multinacional e associado:

Para o tecno-empresário Eugenio Gudín, mentor ideológico de toda uma geração de economistas político-empresariais como Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Mário Henrique Simonsen e Antônio Delfim Netto, toda ênfase deveria ser dada às inovações organizacionais e técnicas que, então, estavam sendo introduzidas pelas corporações multinacionais. Aqueles valores eram disseminados

³ O que Dreifuss nomeia de tecno-empresários serve “para enfatizar suas funções empresariais nos papéis ‘neutros’ mas abrangentes que eles desempenhavam” tanto ao nível do governo, como na constante presença dessas figuras em diretorias de empresas nacionais e estrangeiras (DREIFUSS, 1981: 72).

e persistentemente apurados pelos intelectuais orgânicos empresariais através de seminários e conferências para as 'elites' na Escola Superior de Guerra, em associações comerciais e industriais, clubes sociais de prestígio e centros culturais e, finalmente, através da criação de organizações de ação que se tornaram os focos de suas atividades ideológicas (DREIFUSS, 1981: 73-74).

A importância do planejamento a nível estatal permitia uma prévia seleção de temas e diretrizes a serem levadas em consideração no funcionamento da máquina pública, além de elevar as chances de acesso do bloco multinacional e associado às agências estatais com poderes decisórios. Ocupar postos da burocracia possibilitava concertar pressões para intervir na política estatal, pois os “técnicos” (o destaque se justifica em vista da tentativa, ideologicamente orientada, de apresentação desses técnicos como grupos apolíticos, o que contribuía para o embaçamento de sua atuação e mitigava as críticas do bloco civil-militar opositor) pertencentes à burocracia estatal possuíam vínculos com outras frações sociais. Esse planejamento instava a um controle estrito sob o aparelho estatal, elidindo questionamentos contrários à sua aplicação e organizando suas estruturas institucionais. Dessa maneira,

No final daquela década [1950], economistas influentes, militares, técnicos e empresários exigiram um planejamento indicativo, o qual consideravam como um empreendimento nacional necessário. O planejamento indicativo foi apresentado como um fator importante no desenvolvimento capitalista, um elemento de direcionamento da sociedade e de supervisão das diretrizes macro-econômicas. Os argumentos a favor de sua institucionalização foram debatidos acaloradamente em associações de classe empresariais, na Escola Superior de Guerra e nos think-tanks governamentais (DREIFUSS, 1981: 74).

Sob o primado da racionalidade técnica, a ideologia modernizante-conservadora sustentava decisões governamentais e diretrizes políticas relativas ao desenvolvimento como se estivessem isentas de quaisquer interesses particularistas. Entre as táticas assumidas pelos intelectuais da vasta rede tecno-burocrática, interligada aos negócios do bloco multinacional e associado, encontramos a necessidade de moldar os interesses restritos dessas frações burguesas em termos nacionais, tornando-os legítimos perante grandes segmentos da população. Estes profissionais (economistas, advogados, administradores etc.) não eram recrutados apenas por dominarem as normas burocráticas ou por sua perícia técnica: suas vidas públicas eram úteis às suas atividades no mundo empresarial.

Essa rede era composta por agentes das altas camadas da administração pública e pelos técnicos de agências estatais. Em virtude de suas conexões empresariais no interior do complexo multinacional e associado, agiam formulando diretrizes político-econômicas que assegurassem decisões favoráveis aos seus negócios e organizando a opinião pública. Era a aplicação de normas ‘técnicas’ sobre a administração pública, a racionalidade empresarial-

capitalista governando a máquina estatal: nada disso seria possível sem o uso de pessoal especializado.

A demanda por esses profissionais impulsionou a expansão de centros formativos para abastecer os quadros da administração pública (e, também, empresarial) – sobretudo, ao longo da década de 1950. Várias gerações de economistas, engenheiros e outros administradores públicos serão lapidados sob os preceitos de modernização/racionalização capitalistas e do planejamento⁴. Os valores modernizante-conservadores seriam, dessa maneira, disseminados em consideráveis órgãos da sociedade política por meio de centros ideológicos-chave, além de germinarem em poderosas entidades da sociedade civil (associações de classe, escritórios de consultoria e grupos de ação política), onde serviam de plataformas para lançarem-se na conquista da hegemonia.

Do ponto de vista deste trabalho, vale ressaltar a participação destacada de intelectuais ligados à FGV na elaboração dessas propostas reformistas para o desenvolvimento capitalista nacional. Seguindo o percurso trilhado por esses verdadeiros agentes modernizante-conservadores é possível desvendar suas estratégias de ação junto à sociedade civil e identificar as modalidades de pressão vinculadas à sociedade política por aqueles que constituíram e plasmaram um importante aparelho de hegemonia privada na história recente do país: a Fundação Getúlio Vargas.

Intelectuais e ação política – o caso da FGV

Seguindo os caminhos teórico-metodológicos sinalizados pelo comunista sardo, Antônio Gramsci, compreendemos a figura do intelectual orgânico como aquele responsável por formar os formadores, em torno de uma determinada visão e organização da sociedade. A esse respeito, cabe lembrar a pertinente observação gramsciana de que

cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1985: 03-04).

Tal perspectiva analítica joga luz sobre um importante centro ideológico, dotado de diversas unidades, e que deve ser compreendido não apenas por suas estratégias de inserção

⁴ Missão Cooke, Plano SALTE, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos/Missão Abbink são exemplares das tentativas de introduzir no país tais ideias. Curiosa é a trajetória de Otávio G. Bulhões: ele foi o presidente brasileiro da Missão Abbink e participou de diversas experiências na área de planejamento ao longo da década de 1950.



de interesses junto à sociedade política, mas que também precisa ser investigado, sob a dinâmica das relações entre sociedade política/sociedade civil e intelectuais, a partir dos quadros individuais vinculados à FGV (e a agências estatais) que se destacaram na elaboração e veiculação de programas hegemônicos. Os ativistas/participantes da fundação cumpriram um papel singular não apenas na derrocada do governo de João Goulart, como no interior do regime ditatorial pós-1964. No entanto, em que pese sua relevância político-econômica, há relativa ausência de estudos sobre seu papel na história política do período, pois, salvo engano, não localizamos pesquisas que tratem da trajetória e da atuação dos intelectuais antes e após o golpe de 1964. Por ter se constituído, durante a sua existência, num ponto de sustentação e aglutinação dos ideais caros ao campo civil-militar conectado com o bloco multinacional e associado, compreender a atuação de membros da FGV pode concorrer para o esclarecimento do sentido histórico da ditadura.

Instituída em 1944⁵, a Fundação Getúlio Vargas nasceu sob o signo da ‘imperiosa’ necessidade de formação de quadros profissionais que dessem suporte ao processo de modernização do Estado. Entre seus principais idealizadores, encontramos os altos funcionários do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em especial o empresário Luís Simões Lopes, que figurava entre os mais próximos do presidente Vargas. Estabeleceu-se que a fundação seria uma entidade de interesse público, mas com o estatuto jurídico de direito privado. Esta situação *sui generis* engendrou uma independência da FGV diante das redes clientelistas governamentais, mas, dialeticamente, os suportes financeiros viabilizados pelo Estado tornaram-na deveras dependente desses repasses. Além disso, a formação de quadros para a administração pública e o desenvolvimento de pesquisas e instrumentos que influenciavam, sobremaneira, as políticas estatais eram partes de suas atribuições basilares.

Em diversas publicações laudatórias da instituição (que revisitavam a sua história) é possível perceber a tentativa de conectar a trajetória da FGV aos esforços de modernização econômica do país e de racionalização da administração pública inaugurados, segundo sua ótica, pela Revolução de 1930:

Havendo surgido como natural cristalização de ideias vindas à baila durante o período que se seguiu à Revolução de 30, nascia assim a Fundação para atender às necessidades de uma época de sensíveis modificações políticas, econômicas e sociais, que a administração, e sobretudo a administração pública, não estava

⁵ Pelo Decreto-Lei nº 6693 [14/jul]. Porém, sua Assembleia Geral se reuniu pela primeira vez apenas em 20 de dezembro daquele mesmo ano, sendo signatários 305 instituidores: 137 pessoas físicas e 168 jurídicas [de direito público e privado].

aparelhada para acompanhar. Foi, portanto, fruto da evolução e do progresso verificado numa fase de nossa história em que os acontecimentos nacionais de certa maneira refletiam, nesse particular, o que ia pelo mundo, já que a economia brasileira, os planos de governo, a industrialização, tudo aqui, se encontrava em expansão, alterando os nossos padrões de vida e abrindo novas perspectivas de trabalho. (FGV, 1966: 13)

Aliás, a FGV seguia atenta ao “que ia pelo mundo” desde os seus primórdios. Dentre os diversos laços externos entretecidos ao longo de seu caminho institucional, encontramos as tratativas para a criação de uma escola de administração pública no Brasil, já que a formação de administradores era encarada como elemento vital para o desenvolvimento.

Em 1948, a Assembleia Geral da ONU, em Paris, aprovou uma resolução (n.º 246), uma proposta brasileira, para executar um programa de assistência técnica que abrangesse o estudo e o ensino de administração. Para tanto, uma teia de relações pessoais e institucionais foi acionada para que esse projeto viesse à tona, sob o patrocínio da ONU: L. S. Lopes integrava o Conselho Internacional do Serviço Civil, órgão de assessoria da ONU; três técnicos de administração aprovados em concursos do DASP, Astério Dardeau Vieira, Benedicto Silva e Cleantho de Paiva Leite, serviam no Secretariado Internacional das Nações Unidas; Roberto de Oliveira Campos (assessor da delegação brasileira junto à ONU) e representantes do ministro das Relações Exteriores intervieram a favor; Luiz Alves de Mattos foi, ainda, destacado para viajar por universidades americanas em missão de aprendizagem para a estruturação da escola. Nascia, assim, o Instituto Brasileiro de Administração (IBRA), fundado em 21 de março de 1951, sob a direção de Mattos. Esse painel não estaria completo se não mencionarmos a Fundação Ford, responsável por custear a abertura da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), em 1952, da Escola de Administração de Empresas do Estado de São Paulo (EAESP), em 1954, além da Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP), em 1964⁶.

Mas, foi no campo econômico que a FGV tornou-se conhecida e angariou a credibilidade política e acadêmica que desfrutou durante várias décadas. Já em 1946 foi criado o Núcleo de Economia⁷, uma importante agência de economia aplicada. Rapidamente, tal iniciativa geraria um importante órgão no âmbito do planejamento econômico: o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), formado em 1951 e que reunia diversas unidades de pesquisa

⁶ A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development – USAID) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também participaram, financiando, essas escolas de administração.

⁷ O Núcleo de Economia, capitaneado por E. Gudin, era composto por Octávio Bulhões, José Nunes Guimarães, Eduardo Lopes Rodrigues, Antônio Dias Leite, João Mesquita Lara, Luiz Dodsworth Martins e Guilherme Pegurier.



econômica da FGV. Eugênio Gudín e O. Bulhões tornaram-se, respectivamente, presidente e vice-presidente do novo instituto, responsável por auferir imensos dividendos políticos à fundação.

Maria R. Loureiro chegou afirmar, em sua pesquisa acerca da trajetória dos economistas brasileiros, que “esta instituição constituiu durante várias décadas o pólo mais importante de produção do conhecimento e o espaço onde esta disciplina assumiu sua dimensão prática”, tornando o IBRE, uma espécie de agência-chave para os que desejassem galgar os degraus mais altos para a condução de políticas econômicas no país (1997: 41). Trabalhando com a coleta de informações e produção de estudos em áreas até então inexploradas pelos organismos governamentais – ainda que os frutos dessas pesquisas e análises fossem fundamentais na tarefa do planejamento econômico a ser implantado pelo Estado e suas diversas agências – o IBRE derivou da fusão de diferentes unidades que existiam na fundação e que possuíam extrema importância naquele contexto: o cálculo das rendas nacionais, a preparação da balança de pagamentos e a composição dos índices econômicos.

Com efeito, em uma rápida pesquisa por organismos governamentais e centros de estudos e debates econômicos existentes no Rio de Janeiro, nas décadas que antecedem o golpe de 1964, é possível perceber a intensa circulação de um grupo seletivo de técnicos-economistas que transitavam entre aquelas instituições. Constituiu-se, assim, uma verdadeira rede de intelectuais que partilhavam experiências, sob as bênçãos do Estado, formulando ‘políticas públicas’ e construindo laços pessoais que serão ativados ao longo de suas carreiras profissionais e políticas.

No geral, a trajetória política, acadêmica e profissional dos economistas que galgaram postos importantes na vida pública brasileira seguiu uma rotina bem peculiar e experimentada por muitos indivíduos: a graduação era cursada em uma escola de economia conceituada (no Rio de Janeiro ou em São Paulo); os estudos de pós-graduação prosseguiram em alguma instituição fora do país (em especial nos EUA); retornava-se para as tarefas da docência (quase sempre no mesmo local onde havia se graduado); recebia convites para ocupar cargos no governo; e, por fim, após sua saída, enveredava-se na área de consultoria de grandes empresas e/ou conglomerados econômicos.

No âmbito da FGV, há uma grande proximidade entre os membros da instituição e segmentos de diferentes governos brasileiros – resultando em financiamentos e convites para integrar os altos e médios escalões da burocracia estatal ao longo de sua história. O que, de



forma alguma, como vimos, constituía novidade. De fato, a própria instituição compreendia essa ligação como razão de ser da EBAP, pois seu objetivo

era constituir-se numa 'escola de governo'; num centro de formação e aperfeiçoamento onde um governo, cada vez mais profissionalizado, fosse buscar os seus dirigentes para os escalões administrativos de seus grandes departamentos programáticos e os assessores técnicos para as funções superiores de planejamento e coordenação. (COSTA, 1986: 52)

O longo e diversificado *curriculum vitae* desses profissionais não pode encobrir o essencial em suas trajetórias: esses indivíduos se inseriam em uma vasta teia de relações interpessoais que envolvia diversas agências estatais, órgãos de pesquisa e empresas nacionais e estrangeiras. Como ilustrativo, podemos citar a movimentação de intelectuais ligados ao IBRE: entre as décadas de 1950 e 1960, há dados que informam sobre os economistas ali formados que exerciam funções em órgãos de planejamento regional, em universidades e grandes empresas particulares, além de cargos no próprio IBRE, em se tratando apenas do Brasil. Havia, ainda, funcionários no FMI, na OEA e no Banco Interamericano – grandes organizadores político-econômicos do sistema capitalista. E não nos esqueçamos daqueles que alcançaram os estratos mais altos da administração pública no Brasil: o IBRE forjou três ministros da Fazenda, um ministro do Planejamento, um presidente do Banco Central e um presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social⁸.

Caso retomemos o debate em torno das ideias modernizante-conservadoras, defendidas pelos membros do bloco multinacional e associado, e estabelecermos uma conexão com a trajetória de certos integrantes da FGV veremos que a longa formação político-intelectual desse grupo e a abrangente rede de relacionamentos costurada em organismos governamentais, institutos de pesquisas e circuitos empresariais proporcionaram um posicionamento ideológico e um senso de ação política comum, expressos na elaboração e veiculação de um projeto hegemônico para o capitalismo brasileiro. Desde o início, a articulação entre integrantes da FGV com círculos dirigentes estatais e segmentos empresariais, “justamente os que percebiam mais de perto os obstáculos decorrentes da defasagem entre as novas metas da sociedade brasileira e o instrumental para alcançá-las”, converteu-se em sua marca constitutiva. (COSTA, 1986: 43 e 46)

Em termos teórico-metodológicos, nossa preocupação baseia-se em analisar a FGV enquanto aparelho privado de hegemonia, desvendando as estratégias utilizadas para a inscrição de seu programa no âmbito da sociedade política (interrogando os mecanismos que

⁸ Respectivamente: Eugênio Gudim, Octávio G. de Bulhões, M. H. Simonsen, J. P. Reis Velloso, Dênio Nogueira e José Garrido Torres.

adotava para capturar certas agências do Estado restrito) e os laços empresariais que tecia no âmbito da sociedade civil para a organização das vontades coletivas. Trata-se assim, de investigar o(s) projeto(s) hegemônico(s) elaborado(s)/veiculado(s) pelos intelectuais vinculados à fundação (contra quais programas eles disputavam a hegemonia? e quais frações de classe representavam?) e examinar as modalidades de pressão engendradas pela FGV através de ações institucionais e/ou por meio de seus quadros individuais.

Assim sendo, esclarecemos a opção por trabalhar com as trajetórias de personalidades ligadas à FGV na conjuntura das décadas de 1960-1970 com uma importante ressalva: os indivíduos não serão analisados como a soma de agentes desconectados, descolados, autônomos da realidade a qual pertencem, raciocinam e agem. Certas tendências históricas mais gerais só ganham significação no ‘chão da realidade’ em que os sujeitos atuam e vivenciam experiências, cada qual à sua maneira e de forma relacional com os demais agentes históricos.

É de bom tom, portanto, mencionar, ainda que brevemente, algumas das personagens da trama histórica que nos propomos a analisar e que consideramos representativos desse complexo aparelho de hegemonia: Alexandre Kafka, Antônio Dias Leite, Dênio Chagas Nogueira, Eugênio Gudín, João Paulo Reis Velloso, Jorge Oscar de Melo Flôres, José Garrido Torres, Julian Chacel, M. H. Simonsen, O. Bulhões, Roberto Campos e Themístocles Cavalcanti. Todos foram importantes organizadores políticos, diretores e/ou acionistas de empresas, formados em instituições profissionais/acadêmicas conceituadas, ou seja, acumularam o *know how* técnico e o capital social necessários para assumirem postos em diferentes governos do período em tela.

É notável como muitos desses tecno-empresários ligados à FGV tomaram parte ideológica ou ativamente do processo de desestabilização do governo João Goulart, participando, inclusive, do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês). Aliás, eis um dado interessante que revela os vínculos da fundação com outros setores da sociedade civil: a aproximação entre o Ipês e a FGV para formular propostas reformistas no contexto dos anos 1960: neste caso, tratou-se das Reformas Administrativa e Tributária, conforme aponta uma carta enviada por O. Flôres à Glycon de Paiva, em abril de 1963⁹. No cenário pós-64, alguns desses intelectuais da fundação protagonizaram a aplicação do receituário modernizante-

⁹ Themístocles Cavalcanti, jurista e cientista político da FGV, participou do projeto de Reforma Eleitoral, proposto pelo Ipês, segundo a correspondência entre Garrido Torres e o Comitê Diretor do Instituto (29/05/62). Em 1966, Cavalcanti coordenou um curso lançado pelo Ipês, junto com o Centro de Estudos do Boletim Cambial – Curso de Formação Política e Atualização.



conservador que haviam esboçado em tempos passados: promovendo agudas reformas do Estado brasileiro¹⁰.

Diante desse cenário, a perspectiva adotada nesse projeto examina os canais de articulação, a inter-relação entre o processamento de iniciativas e a tomada de decisões no interior das diversas agências estatais, levando em consideração os interesses sociais que as compõem. Conjuntamente, pretendemos investigar as estratégias engendradas, no âmbito da sociedade civil, pelos intelectuais orgânicos conectados à FGV: suas ligações sociais e demandas classistas que defendiam.

Considerações provisórias

Caminhando para o desfecho dessa breve exposição sobre o estágio atual de nossa pesquisa, consideramos interessante destacar que apesar dos numerosos vínculos sociais (institucionais e individuais), da proximidade com vários governos que se sucederam ao longo de sua história e dos impactos políticos que suas pesquisas provocavam não há nenhum estudo de maior fôlego sobre a trajetória da Fundação Getúlio Vargas nos acontecimentos que provocaram a transição, violenta, entre regimes políticos, durante as décadas de 1960 e 1970.

Uma vez que seu pessoal era intercambiável com o de agências e autarquias estatais, companhias multinacionais e associadas, além de *think tanks* públicos, a FGV desempenhou um papel significativo no golpe de 1964 e no regime ditatorial empresarial-militar que se lhe seguiu: apesar de alguns percalços orçamentários¹¹ e dificuldades para gerir suas muitas unidades, a fundação não apenas sobreviveu a diversos regimes políticos, como transitou por

¹⁰ Podemos citar alguns dos convênios e/ou estudos elaborados pela FGV com o fito de reformar certos elementos da realidade nacional sob novo regime político: projetos sobre a previdência social, reforma do Ministério da Fazenda e do sistema tributário/fiscal do país, além de mudanças administrativas de numerosos órgãos administrativos (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Departamento Nacional de Obras contra as Secas, Universidade de Brasília, Estados do Amazonas e Paraná, Rede Ferroviária Federal, Centrais Elétricas Fluminenses, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, Banco Nacional de Habitação, Serviço Social do Comércio, Superintendência Nacional do Abastecimento, Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, Ministério da Guerra e Câmara Federal dos Deputados).

¹¹ A fundação criou em Brasília, em 1959, uma unidade para representar a FGV na capital da República. Suas principais atribuições eram: “Acompanhar o andamento de processos de interesse da Fundação, e principalmente os relativos a subvenções, contribuições e auxílios a ela destinados; Manter contato com as autoridades federais para solução de outros assuntos de interesse da Fundação, bem como seguir, nos tribunais sediados em Brasília, feitos que lhe digam respeito”. Para o trabalho de acompanhamento da elaboração orçamentária federal, consta a informação de que a finalidade da unidade era garantir que as diferentes verbas destinadas à fundação fossem aprovadas, além disso sua atuação estava sendo ampliada a cada ano e merecia destaque a: “frequência cada vez maior com que o Poder Legislativo e altas autoridades do Poder Executivo têm solicitado, por seu intermédio, cooperação técnica da Fundação, bem como dados estatísticos, informações de variada natureza sobre assuntos de que ocupa esta, e estudos especiais ou publicações” (FGV, 1966: 153-154).

múltiplos postos da burocracia estatal e vastas redes empresariais. Acreditamos que o avanço no conhecimento sobre o percurso da fundação e seus intelectuais contribua para ampliar a compreensão do sentido histórico da ditadura empresarial-militar, sobretudo a partir da análise dos interesses sociais incrustados naquele regime político e que não devem ser desconsiderados, sob pena de concebermos uma sociedade brasileira homogeneizada e abstraída daquilo que move a história: o conflito político entre os agentes sociais, elemento determinante na formatação dos regimes políticos e na organização de aparelhos privados de hegemonia – como a Fundação Getúlio Vargas.

Bibliografia

- ALMEIDA, L. F. R. de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil, 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BANDEIRA, M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961 – 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- COSTA, Jorge Gustavo da. *Fundação Getúlio Vargas: pioneirismo a serviço do desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- DREIFUSS, René A. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- *Fundação Getulio Vargas, 40 anos de pioneirismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1985.
- *Fundação Getulio Vargas, 30 anos a serviço do Brasil: 1944-1974*. Rio de Janeiro: FGV, 1974.
- *Fundação Getulio Vargas, 20 anos de pioneirismo, 1944-1964*. Rio de Janeiro: FGV, 1966.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. v. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Cadernos do Cárcere. v. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GREMAUD, A. P. *et alli. Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.



- LEMOS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964*. In.: **Marx e Marxismo**. Niterói, v.2, n.2, p. 111 – 138, jan./jul. 2014.
- MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MENDONÇA, S. R. (Org.). *O Estado brasileiro: agências e agentes*. Niterói: EdUFF / Vício de Leitura, 2005.
- _____. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- STEPAN, A. *Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.